

**FACULDADES DOCTUM DE SERRA
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ADRIELLY JUSTO DE ALMEIDA
BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO
ISIS CARVALHO MAGALHÃES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM OLHAR PARA A PRÁTICA DOCENTE**

**Serra (ES)
2018**

**ADRIELLY JUSTO DE ALMEIDA
BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO
ISIS CARVALHO MAGALHÃES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM OLHAR PARA A PRÁTICA DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Faculdade Doctum de Serra, Curso de Pedagogia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Ma. Luciana Galdino

**Serra
2018**

**ADRIELLY JUSTO DE ALMEIDA
BEATRIZ RODRIGUES CARDOSO
ISIS CARVALHO MAGALHÃES**

**EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS:
UM OLHAR PARA A PRÁTICA DOCENTE**

Artigo Científico apresentado ao Curso de Pedagogia das Faculdades Doctum de Serra como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Aprovada em 04 de julho de 2018 pela banca composta pelas professoras:

Ma. LUCIANA GALDINO
ORIENTADORA

Dra. ANA CRISTINA MACHADO DE OLIVEIRA
EXAMINADORA

Dra. LILIAN PEREIRA MENENGUCI
EXAMINADORA

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: UM OLHAR PARA A PRÁTICA DOCENTE¹

CARDOSO, Beatriz
Rodrigues
MAGALHÃES, Isis
Carvalho
ALMEIDA, Adrielly Justo²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender como se constitui o trabalho docente na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, investigamos como ocorre a prática do professor nesse contexto, bem como, as ações da escola e do governo que qualificam essa modalidade de ensino, possibilitando aos estudantes que a cursam, apresentar desempenho satisfatório, contribuindo para sua formação e emancipação. A pesquisa é de natureza qualitativa e foi realizada numa escola pública no município de Serra (ES), tendo como participantes, sujeitos docentes atuantes na EJA. Os dados da pesquisa são resultantes do que foi relatado pelos participantes do estudo e revelam uma necessidade de práticas pedagógicas diversificadas que considerem as especificidades do público alvo, bem como a falta de processos formativos considerando a modalidade de ensino na qual esses docentes atuam. Os diálogos teóricos foram estabelecidos com Freire (2002), Ribeiro (2014); Faria (2013) e Pimenta (2002).

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. EJA, Docência.

¹ O presente texto corresponde ao Trabalho de Conclusão de Curso de Pedagogia e foi produzido como requisito Parcial para obtenção do título de Licenciatura plena em Pedagogia.

² Alunas do curso de Pedagogia da Faculdades Doctum de Serra turma 2018/1.

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a prática docente dos profissionais que atuam nessa modalidade de ensino. Nossa motivação para pesquisar tal tema vem do interesse em compreender como é desenvolvido o trabalho dos docentes, considerando a perspectiva de atuarmos profissionalmente na área.

O conceito de EJA, antes conhecido como “ensino supletivo” tem por característica uma proposta pedagógica flexível que considera as diferenças individuais e os conhecimentos dos alunos. É uma modalidade diferente do ensino regular em sua estrutura e possui a sua própria metodologia. A EJA tem como uma das suas funções, oportunizar pessoas que por algum motivo não puderam completar os estudos, a possibilidade de assim fazê-lo.

Sua asseguração está na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 no capítulo II, seção V:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria. §1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. §2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si. Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular. §1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II– no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos (BRASIL, 1996).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, cerca de 66,3 milhões de pessoas de 25 anos ou mais de idade (ou 51% da população adulta) tinham concluído apenas o ensino fundamental. Além disso, menos de 20 milhões (ou 15,3% dessa população) havia concluído o ensino superior. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/96 está em vigor para que essa estatística diminua gradativamente e todos que pararam seus estudos possam voltar e ter sua educação escolar completa.

Para as escolas Estaduais a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo (SEDU) disponibiliza em seu site o currículo base, dividido em Ensino Fundamental EJA – Anos Finais e Ensino Médio EJA. São planos que se dividem em bimestres com campos de: Conhecimentos, Expectativas de aprendizagem (operações cognitivas esperadas para o desenvolvimento) e sugestões para o desenvolvimento de competências tecnológicas.

No site do Ministério da Educação (MEC) há também propostas curriculares divididas em: Proposta Curricular - 1º Segmento: que busca constituir-se em subsídio à elaboração de projetos e propostas curriculares a serem desenvolvidas por organizações governamentais e não-governamentais, adaptados às realidades locais e necessidades específicas e Proposta Curricular - 2º Segmento lançada pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF) em 2002, com base na Resolução nº01/2000 e no Parecer CNE/CEB nº11/2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para EJA. Essa Proposta tem por finalidade subsidiar o processo de reorientação curricular nas secretarias estaduais e municipais de educação, bem como nas instituições e escolas que atendem a EJA.

Segundo o site da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no Censo Escolar de 2014, o Brasil conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas na EJA porém, cerca de 1 milhão desses estudantes ainda estão em idade escolar: 30% das matrículas de EJA do Brasil são de jovens com idades entre 15 e 19 anos. Em 2007, eles somavam 26% dos estudantes da rede.

Ou seja, o desafio para os professores dessa modalidade, é buscar conciliar a heterogeneidade de faixas etárias em uma mesma sala de aula, dando conta das expectativas, necessidades e ritmos de cada uma delas. Esse desafio da EJA é confirmado pelos autores abaixo ao afirmarem que a:

[...] Educação de jovens e adultos é um campo de práticas e reflexão que inevitavelmente transborda os limites da escolarização em sentido estrito. Primeiramente, porque abarca processos formativos diversos, onde podem ser incluídas iniciativas visando à qualificação profissional, o desenvolvimento comunitário, a formação política e um sem número de questões culturais pautadas em outros espaços que não o escolar. (DI PIERRO, JÓIA e RIBEIRO (2001, p. 01)

Podemos perceber que a Educação de jovens e adultos segue uma linha diferente da educação formal. A partir dessa diferença buscamos compreender como se dá a prática docente no contexto da EJA e quais as ações têm sido propostas para que contribuam para as práticas existentes. Dessa forma,

desenvolvemos uma pesquisa de caráter qualitativo, tendo como instrumento, uma entrevista semiestruturada com questões abertas e os sujeitos participantes são dois professores e uma pedagoga atuantes numa escola da rede pública estadual que atende a modalidade EJA.

Nosso objetivo geral é conhecer as práticas docentes no contexto da EJA. Como objetivos específicos, compreender os processos formativos dos docentes atuantes na EJA, como se dá a realização de planejamentos e conhecer a estrutura que é oferecida aos professores na realização do trabalho pedagógico.

REVISÃO DE LITERATURA.

Nesse tópico trazemos três estudos em nível de Dissertação de Pós-Graduação que trazem reflexões sobre a aprendizagem, motivos da evasão dos alunos da EJA e conceitos que se relacionam com a temática proposta nesse estudo.

O primeiro estudo é de Ribeiro, 2014, realizado na Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS) em nível de Dissertação de Pós-Graduação.

A pesquisa teve por objetivo geral analisar estratégias de aprendizagem em alunos da Educação de Jovens e Adultos e como objetivo específico, identificar e comparar as estratégias de aprendizagem utilizadas por alunos da EJA regular e dos Centros Estaduais de Educação Continuada (CESEC).

Ribeiro (2014) problematiza sobre qual o perfil do aluno da EJA no que tange às suas estratégias de aprendizagem em dois sistemas de ensino (EJA regular e da EJA Centros Estaduais de Educação Continuada-CESEC.), na rede pública estadual de Minas Gerais.

Para a coleta desses dados foi utilizado um questionário construído com base em instrumentos de avaliação de estratégias de aprendizagem encontrados na literatura da área. Participaram da pesquisa com alunos de ensino médio da EJA de ensino regular e semipresencial.

Os principais teóricos utilizados nesta pesquisa por Ribeiro (2014) foram: Di Pierro (2001); Cunha (2010); Caliatto (2013); Martinelli (2013); Arroyo (2008); Jallles (1997); Guimarães (2013); Cardoso (2013).

As Estratégias de Aprendizagem são procedimentos utilizados pelos indivíduos durante atividades, principalmente na escola, que podem proporcionar ao estudante o monitoramento de seus esquemas com o propósito de assimilarem, armazenarem, recuperarem e usarem as informações adquiridas, sendo instrumentos auxiliares da aprendizagem (WARR; ALLAN, 1998).

Estratégias que o estudante pode empregar para aprender os conteúdos escolares são: memorizar fórmulas matemáticas; criar perguntas e respostas sobre o assunto que está estudando; organizar um roteiro para ler; fazer uma lista de ideias antes de começar a escrever uma redação; quando ler um texto; resolver questões de matemática logo após serem explicadas na sala de aula. Essas são algumas das estratégias de aprendizagens utilizadas.

No presente estudo verificou-se que, de forma geral, que os estudantes da EJA fazem um uso considerável de estratégias de aprendizagem. Reconhecer o uso das estratégias de aprendizagem pelos estudantes é de grande valia para a compreensão de como eles aprendem e singularmente importante para os alunos da EJA em que as pesquisas não têm registrado tais informações.

Os resultados apontaram a média de uso de estratégias de aprendizagem foi de 38,32 entre os estudantes da EJA regular e de 48,80 entre os estudantes do CESEC, ou seja, os estudantes do CESEC usam significativamente mais estratégias de aprendizagem sendo mais eficiente em seus resultados.

O Segundo estudo é Haddad, 2000, sendo um projeto realizado na Ação Educativa –São Paulo na Universidade de São Paulo (USP) em nível de Dissertação de Pós-Graduação.

O objetivo do presente trabalho foi detectar e discutir os temas emergentes da pesquisa em educação de jovens e adultos no Brasil, atualizando para o período 1986-98 as indicações do conjunto de estudos que compuseram um estado da arte da educação de jovens e adultos no Brasil para o período 1975-851.

Haddad (2000) problematiza que é preciso realizar um balanço mais abrangente do conhecimento acumulado com relação à educação de jovens e adultos no Brasil no período de 1986/1998.

A metodologia utilizada foi através dos estudos relativos à educação formal ou informal, escolar e extraescolar, o que levou a contemplar o tema conexo da educação popular, incluindo diversos de seus componentes (educação política, sindical, comunitária, etc). A pesquisa compreendeu trabalhos que abordam as

concepções, metodologias e práticas de educação de pessoas jovens e adultas, envolvendo questões relativas à psicologia da educação, à formação dos educadores, ao currículo e ao ensino e aprendizagem das disciplinas que o compõem. Como a educação de jovens e adultos frequentemente reconhece o educando enquanto trabalhador e remete às relações com o mundo do trabalho, foram considerados também estudos relacionados a essa temática. Os principais teóricos utilizados nessa pesquisa foram: Abrantes (1991); Campos (1998); Coltro (1994); (Almeida,1988; Talavera, 1994).

O terceiro estudo é de Faria, 2013, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em nível de Dissertação de Mestrado. Faria (2013) traz por objetivo discutir a evasão e permanência na educação de jovens e adultos em uma escola pública da rede municipal de Belo Horizonte. Problematizando a seguinte questão: A partir de quais critérios poderíamos definir um trabalho de qualidade na EJA? Será que as avaliações seriam suficientes para tal? Em qual aspecto seria preciso avançar para atendermos melhor aos alunos?

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, com os seguintes instrumentos: entrevista, análise documental, pesquisa bibliográfica e observação participante. Os dados coletados e a sua análise à luz do referencial teórico, constituíram a base para o plano de intervenção. Os principais teóricos utilizados foram: Silva, Bonamino e Ribeiro (2012).

O resultado obtido por Faria (2013) se pautou num plano em que a atuação da gestão faça uma mobilização e fortalecimento da equipe de trabalho visando a diminuir a evasão e constituir mecanismos sistemáticos de comunicação para o desenvolvimento de um trabalho atento às necessidades dos estudantes.

A conclusão baseada nos três estudos citados acima é o comprometimento das pesquisas sobre a perspectiva de encontrar uma forma de ensino que seja de eficiência para os alunos e que assim consiga afastar a evasão dos mesmos, sempre atento às especificidades que nessa modalidade é sujeita tanto para os educadores como para os educandos. Todas as pesquisas se empenham em problematizar as deficiências, buscando soluções permanentes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na história da EJA podemos ver que o interesse político nunca foi proporcionar educação de qualidade aos cidadãos por considerar ser importante para todos. Percebemos que a todo o momento há uma razão econômica e política que pauta as ações do governo em cada momento da história.

Na época da colonização do Brasil, as poucas escolas existentes eram privilégio da elite, os pobres não tinham acesso à instrução escolar, mesmo sendo outorgada a primeira constituição brasileira, na qual constava no artigo 179 que a “instrução primária era gratuita para todos os cidadãos”.

Com a chegada dos jesuítas, seus ensinamentos à população não pensava apenas na transmissão de conhecimentos, mas tinha forte presença da propagação da fé cristã. Não houve nesse período iniciativas governamentais significativas. Essa forma de ensino dos jesuítas permaneceu até o período pombalino. Com a expulsão dos jesuítas, Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado.

No ano de 1940 o governo lança a primeira campanha de Educação de adultos, que propunha alfabetizar os analfabetos em três meses, pois era preciso aumentar a base eleitoral, pois o voto era apenas para homens alfabetizados. Paulo Freire foi o responsável em organizar e desenvolver um programa nacional de alfabetização de adultos. Freire lutava pelo fim da educação elitista, tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, que contenha conteúdos com a vivência dos educandos e fazer com que eles se reconheçam como sujeito da história.

Também no ano de 1940 ocorre a criação do Fundo Nacional do Ensino Primário (FNEP); a criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP); o Serviço de Educação de Adultos (SEA) entre outros.

Com a ditadura militar em 1964, os movimentos de conscientização popular são desativados e seus líderes punidos, Getúlio Vargas, então presidente criou um novo regime o qual chamou de: “Estado Novo”.

Na época do regime militar, surge o movimento chamado Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) onde a lei de Reforma nº 5.692/71 dispõe de um capítulo para o ensino supletivo, IV Art. 24. O ensino supletivo terá por finalidade:

[...] suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria; proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudos de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte (BRASIL, 1971).

O MOBRAL tinha como foco ensinar a ler e escrever, sem se preocupar com a formação crítica dos educandos. Um bom resumo sobre a educação no contexto das políticas foi feito no artigo de Scortegagna e Oliveira (2006 p.13) ao afirmar que:

Torna-se significativo referenciar a educação de adultos no contexto das políticas sociais, remetendo-nos às exigências educativas que a sociedade nos impõe no âmbito político. Sendo assim, cabe a educação estabelecer uma relação democrática entre a política e os sujeitos deste paradoxo educacional, a fim de re-ordenar e reconstruir gradativamente um processo ensino-aprendizagem pautado na construção e re-construção crítica, reflexiva e democrática dos conhecimentos, onde todos os indivíduos presentes neste meio possam desenvolver-se e constituírem-se como cidadãos atuantes e conscientes.

Em 1985, o MOBRAL foi extinto, sendo substituído pela Fundação Educar, essa que foi extinta no Governo Collor em 1990.

Hoje temos na base legal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, no artigo 37, que evidencia a preocupação em garantir continuidade e acesso aos estudos por aqueles que não tiveram oportunidade em idade própria. Conforme a citação:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

§1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.(BRASIL, 2000).

Dessa forma, a EJA deixa de simplesmente suprir a escolaridade perdida e passa a apresentar a função reparadora, qualificadora e equalizadora da educação. Sobre a função reparadora, o parecer CEB/2000 explica que:

Significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado: o direito a uma escola de qualidade, mas também o reconhecimento daquela igualdade ontológica de todo e qualquer ser humano. Desta negação, evidente na história brasileira, resulta uma perda: o acesso a um bem real, social e simbolicamente importante. Logo, não se

deve confundir a noção de reparação com a de suprimento. (BRASIL, 2000, p. 07)

Sobre a função qualificadora, estabelece que:

[...]os desfavorecidos frente ao acesso e permanência na escola devem receber proporcionalmente maiores oportunidades que os outros. Por esta função, o indivíduo que teve sustada sua formação, qualquer tenha sido a razão, busca restabelecer sua trajetória escolar de modo a readquirir a oportunidade de um ponto igualitário no jogo conflitual da sociedade. (BRASIL, 2000, p. 08)

No que se refere a função equalizadora, destaca que:

[...] vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados. A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação. Para tanto, são necessárias mais vagas para estes "novos" alunos e "novas" alunas, demandantes de uma nova oportunidade de equalização. (BRASIL, 2000, p. 9).

A EJA apresenta muitos desafios, principalmente por ser uma alternativa para minimizar o problema de exclusão social.

Segundo Leal (2005, p.14)

O conhecimento na ação, ou o conhecimento tácito, seria aquele constituído na prática cotidiana do exercício profissional. Concebemos que esse é um saber que se constrói com base nos conhecimentos prévios de formação inicial, articulado com os saberes gerados na prática cotidiana, de forma assistemática e muitas vezes sem tomada de consciência acerca dos modos de construção.

É importante estar ciente da base legal, pois é ela que garante os direitos dos cidadãos. Nunca é tarde para voltar a estudar, seja para melhorar de emprego, se especializar numa faculdade ou até mesmo por satisfação pessoal.

PERFIL DA DOCÊNCIA

O perfil do professor da EJA é muito importante para o sucesso de seus alunos, onde a aprendizagem caminha de mãos dadas com a compreensão, empatia, amizade, solidariedade, com processos de formação continuada, de condições estruturais e de recursos para desenvolver o seu trabalho. Saber educar é muito mais que transmitir um conteúdo de um livro didático, descontextualizado com a realidade do aluno. É compreender a vivência do aluno, o dia a dia, buscando tanto o crescimento humano, quanto profissional e especialmente o pessoal.

Paulo Freire foi o responsável pelo método que consiste na proposta de alfabetização de jovens e adultos a partir do seu contexto, da sua realidade.

Os educadores que se comprometem com a EJA, devem possuir consciência da necessidade de buscar mecanismos, métodos e teorias que estimulem o público alvo a não abandonar a sala de aula, ou seja, o professor é o estimulador, o mediador de seus alunos. Segundo PIMENTA (2002, p.39)

Em análise dos cursos de aperfeiçoamento dos professores primários, feita pelo INEP e pelo instituto de educação do Rio de Janeiro (1961), sugere-se que as aulas partam de problemas reais; que haja demonstrações práticas; que nas matérias relativas ao ensino se faça análise dos assuntos [...]

Os educadores devem ser comprometidos com a aprendizagem dessas pessoas, adequando métodos incessantemente cada vez mais relacionados à realidade do público que estão trabalhando, inserindo no currículo a realidade do aluno, como destaca Freire,

[...] Não há razão para se envergonhar por desconhecer algo, testemunhar a abertura dos outros, a disponibilidade curiosa à vida, a seus desafios, são saberes necessários à prática educativa (FREIRE, 2002, p. 153).

É muito importante que o professor conheça a realidade de seus alunos, seu cotidiano, suas vivências, os quais essas observações orientarão seu planejamento. A prática da ação-reflexão-ação permite ao professor lançar estratégias para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Percebe – se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar. Daí a impossibilidade de vir a tornar -se um professor crítico se, mecanicamente memorizador, é muito mais um repetidor cadenciado de frases e de idéias inertes do que um desafiador. FREIRE, Paulo (2002, p. 29).

Os professores regentes de turmas da EJA, devem despertar a confiança em seus alunos e acreditar na educação como foco de mudança na vida deles.

METODOLOGIA

Utilizamos como metodologia uma pesquisa de caráter qualitativa e documental, com realização de entrevistas que ocorreu em uma instituição no município de Serra- ES que oferece a modalidade de ensino EJA.

Foram elaboradas 16 perguntas nas quais as respostas foram gravadas, transcritas e posteriormente adaptadas para melhor entendimento nos dois subtópicos criados.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram dois professores e um pedagogo, o instrumento de coleta de dados foi a entrevista formulada por nós. Os participantes da entrevista foram: professora Antônia, formada em Física, e que está há 3 meses na escola pesquisada; professor André, formado em História e pós Graduado em História do Brasil pela UFES, que atua na escola desde 2007 e a pedagoga Lúcia, formada em Pedagogia, seu tempo de experiência nesta escola é de 5 meses. Ressaltamos que atribuímos nomes fictícios aos nossos participantes atendendo padrões éticos de proteção aos sujeitos envolvidos na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No sentido de organizarmos as questões que constituem a prática e atuação docente, direcionamos a entrevista em dois subtópicos. No subtópico a seguir, abordaremos formação, planejamento, currículo da EJA. No segundo e último subtópico, abordamos a prática docente no contexto da EJA.

Formação, planejamento, currículo da EJA

Considerando a importância de processos de formação continuada para uma boa atuação profissional e para a qualidade da educação ofertada, perguntamos aos profissionais entrevistados se o sistema pelo qual atuam, oferece cursos de formação continuada e como é a aceitação desses cursos, se oferecido. Todos os profissionais entrevistados relataram que o Governo do Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Estadual de Educação, oferta formação continuada aos profissionais, porém, não são formações específicas para a atuação com o público alvo dessa pesquisa. Esse contexto demonstra um distanciamento da realidade constatada por meio da pesquisa, com as garantias instituídas por meio da lei, conforme determina o artigo 17 da Resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, que estabelece que:

A formação inicial e continuada de profissionais para a Educação de Jovens e Adultos terá como referência as diretrizes curriculares nacionais para o ensino fundamental e para o ensino médio e as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores, apoiada em: I – ambiente

institucional com organização adequada à proposta pedagógica; II – investigação dos problemas desta modalidade de educação, buscando oferecer soluções teoricamente fundamentadas e socialmente contextualizadas; III – desenvolvimento de práticas educativas que correlacionem teoria e prática; IV – utilização de métodos e técnicas que contemplem códigos e linguagens apropriados às situações específicas de aprendizagem. (BRASIL, 2000).

Ou seja, a lei estabelece as diretrizes para os cursos de formação inicial e continuada, os quais devem contemplar especificidades da modalidade na qual os profissionais atuam, no entanto, observamos a necessidade de maior atenção a este preceito legal, visto que as formações ofertadas não são da área específica e sim voltadas para um contexto amplo da educação.

Sobre condições de trabalho e planejamento, os profissionais entrevistados relatam que a estratégia utilizada para ajudar a enfrentar as dificuldades de um analfabeto funcional é trabalhar as questões bem básicas da alfabetização, sempre buscando gancho naquele contexto que o aluno de EJA vive.

De acordo com as contribuições importantes sobre a competência docente, Freire (1996) destaca que:

[..] ensinar exige respeito aos saberes dos educandos [...], discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes e relação com o ensino dos conteúdos [...]. Ensinar exige disponibilidade para o diálogo [...]. Ensinar exige o reconhecimento e a assunção da identidade cultural [...]. Ensinar exige a apreensão da realidade [...], transformar a realidade para nela intervir, recriando-a [...]. Ensinar exige segurança, competência profissional e generosidade [...]. O fundamental no aprendizado do conteúdo e a construção da responsabilidade, liberdade que se assume [...]. (LEMOS, 1999, p. 20 apud FREIRE, 2002, p. 7-8)

Sendo assim, o professor tem um papel fundamental nas instituições de ensino, ao receber um aluno da EJA, deve-se repensar sua prática, considerando toda a sua trajetória dentro da escola. Não basta apenas aceitar o aluno respeitando suas dificuldades, mas sim dar a ele condições de permanência na escola, para que continue seus estudos.

Muitas vezes, os educadores sentem dificuldades de se relacionar a ação educativa como uma ação social, isso certamente dificulta que o aluno atue de forma ativa dentro da sociedade.

Sobre os recursos disponibilizados para a realização do trabalho na EJA, os profissionais entrevistados informaram que a escola disponibiliza recursos tais como, laboratório de informática, laboratório imperativo e os livros didáticos. Dentre esses

recursos, os profissionais destacam que os laboratórios são pouco utilizados, pois ainda há uma visão deturpada por parte dos alunos ao avaliar que tais recursos apenas preenchem o tempo, não avaliando como uma possibilidade de produção do conhecimento.

Nesse aspecto destacamos a importância do planejamento, pois esse estabelece objetivos e metodologias para se trabalhar um determinado conteúdo e quando a proposta é compartilhada com o seu público alvo, o uso dos recursos e tecnologias podem ser facilitadores do processo ensino aprendizagem. Conforme afirma Pais (2000, p. 3) “Os recursos são criações pedagógicas desenvolvidas para facilitar o processo de aquisição do conhecimento”.

No que se refere ao planejamento, de acordo com esta pesquisa, os entrevistados relatam que todas as atividades desenvolvidas no âmbito da instituição são previamente planejadas, afirma que os planejamentos das aulas ocorrem semanalmente. Anualmente, elabora-se o plano de ensino, o qual é passível de transformações e adequações, se necessário. A reunião de planejamento na escola com a pedagoga acontece quinzenalmente.

O planejamento envolvendo o coletivo da instituição é realizado de acordo com o calendário enviado pela SEDU, porém sempre há professores que por algum motivo não participam dessas reuniões.

Sobre o currículo, o mesmo é elaborado de acordo com as orientações da SEDU, respeitando a legislação. Segundo a LDB 9.394.96, nos artigos 26, 27, 35 e 36, o currículo da EJA segue os mesmos componentes curriculares do ensino fundamental e médio regular.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II - consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
- III - orientação para o trabalho;

IV - promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não-formais.

Art. 35-A.A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

I - linguagens e suas tecnologias;

II - matemática e suas tecnologias;

III - ciências da natureza e suas tecnologias;

IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

§ 1º A parte diversificada dos currículos de que trata o caput do art. 26, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à Base Nacional Comum Curricular e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino.

Os docentes apontaram uma necessidade de revisão do currículo, em virtude de que o currículo trabalhado neste ano, ainda não está contemplando as reformulações propostas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Sobre projetos institucionais e a inclusão da EJA, foi informado que existem projetos, mas que infelizmente esses não integram os alunos da EJA, uma vez que são ofertados às segundas e sextas-feiras, dias que não tem aula para os alunos da EJA. Dessa forma, a escola tenta incluir esses alunos em outras atividades, como algumas datas comemorativas.

A equipe gestora é nova, tanto a pedagoga quanto o diretor e esses sempre buscam ouvir a sugestão dos professores, conforme relato dos entrevistados, porém, infelizmente não são todos os professores que gostam de opinar nas reuniões. No subtópico a seguir abordamos o trabalho docente da EJA.

O trabalho docente no contexto da EJA

Segundo os docentes, os mesmos não enfrentam problemas com a indisciplina, mas é um trabalho que exige dedicação e especial atenção, pois os alunos, em sua maioria, pararam de estudar a um bom tempo e por isso possuem muitas dificuldades. Segundo um dos professores, a redução de carga horária por parte do governo, piorou ainda mais essa situação, pois os alunos acabam tendo menos tempo com o professor.

Sobre as táticas que o professor utiliza para que os alunos não abandonem a sala de aula é fazer todo um trabalho de incentivo, considerando a realidade e as especificidades desses estudantes, sendo flexíveis com os trabalhos para casa,

dando prazo maiores para eles realizarem as atividades propostas e nas provas sendo bem compreensivos com a respostas dos alunos. Nesse sentido,

[...] compete ao professor, além de incrementar seus conhecimentos e atualizá-los, esforçar-se por praticar os métodos mais adequados em seu ensino, proceder a uma análise de sua própria realidade pessoal como educador, examinar com autoconsciência crítica sua conduta e seu desempenho, com a intenção de ver se está cumprindo aquilo que sua consciência crítica da realidade nacional lhe assinala como sua correta atividade. (PINTO, 2000, p. 113).

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000 e Resolução CNE/CEB 1/2000) devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino que:

A identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de eqüidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000).

Dessa forma, a prática docente e os currículos escolares precisam considerar as especificidades dessa modalidade de ensino. A educação está sofrendo mudanças, o que conhecíamos de educação bancária já não é mais bem vinda e o novo profissional precisa ser mediador do conhecimento. A formação dos profissionais da área da educação vai além da formalidade estruturada em currículos, ela também se volta para a percepção sensitiva sobre o que acontece a sua volta. Sobre essa questão, Freire (2002, p.44) afirma que “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa vimos que a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394.96, no Parecer CNE/CEB nº 11/2000 e entre compromissos internacionais.

Nosso olhar esteve voltado para a docência da EJA pela nossa vontade em trabalhar com esse público. Vimos através de autores a importância do bom

professor na vida dos alunos, o professor que sabe conduzir uma boa aula e que captive seus alunos a seguir seus objetivos com consciência crítica. Em nossa entrevista percebemos o desafio dos professores e até mesmo da pedagoga em relação aos alunos não aceitarem uma aula mais dinâmica e faltar um planejamento mais elaborado. A formação continuada na área específica da EJA auxiliaria muito na formulação de novos planejamentos, pois quando nos qualificamos e colocamos em prática, a diferença vem na forma de motivação que contagia os alunos a estudarem. Cada aluno tem uma história para contar, um conhecimento adquirido pela vivência; e isso é preciso respeitar. A pesquisa nos fez perceber a importância da bagagem que os alunos e os professores trazem, bagagem essa que molda as aulas tornando-as um encontro de aprendizagem para ambos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA IBGE- **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam apenas o ensino fundamental completo.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam- apenas-o-ensino-fundamental-completo.html>
Acesso em: 17abr.2018
- BRASIL, **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de Julho de 2000.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/resolucao_01_2000.pdf
Acesso em: 03 ju. 2018.
- BRASIL. **Câmara-LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 21 jun. 2018.
- DI PIERRO, Maria Clara; JÓIA, Orlando; RIBEIRO, Vera Masagão. **Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** Cadernos CEDES, Blumenau, ISSN 01013262, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n55/5541.pdf>.
- EBC - **30% dos alunos da Educação de Jovens e Adultos têm entre 15 e 19 anos no Brasil.** Disponível em: <http://www.ebc.com.br/educacao/2015/05/30-dos-alunos-da-educacao-de-jovens-e-adultos-tem-entre-15-e-19-anos-no-brasil>. Acesso em 15 abr. 2018
- FARIA, Roselita Soares. **Evasão e Permanência na EJA: Por um Trabalho de Qualidade na Gestão de uma Escola da rede Municipal de Belo Horizonte.** 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 23 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HADDAD, Sérgio. **O Estado da Arte das Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos no Brasil A Produção Discente da Pós- Graduação em Educação no Período 1986/1998.** 2000. Dissertação de Pós Graduação - Ação Educativa –São Paulo.
- LEAL, Telma Ferras. **Desafios da educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização/** Telma Ferraz Leal; Eliana Borges Correia de Albuquerque (org.) – 1ª ed.; 1. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - **Proposta Curricular.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13533-proposta-curricular>. Acesso em: 16 abr. 2018
- PAIS, Luiz Carlos. **Uma análise do significado da utilização de recursos didáticos no ensino da geometria.** Disponível em: <http://23reuniao.anped.org.br/textos/1919t.PDF>. Acesso em: 17 abr. 2018.

PARECER CNE/CEB 11/2000 - **HOMOLOGADO Despacho do Ministro em 7/6/2000**, publicado no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores; unidade teoria e pratica?**. São Paulo; Cortez, 5 ed. 2002.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000.

PLANALTO- **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937)**. Disponível

em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm

Acesso em: 04 mai.2018

PLANALTO- **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm

Acesso em: 05 mai.2018.

RIBEIRO, Jaciara Batista. **As estratégias de aprendizagem na educação de jovens e adultos**. 2014. 63 f. DISSERTAÇÃO (MESTRADO EM EDUCAÇÃO)- Universidade do Vale do Sapucaí, POUISO ALEGRE, 2014.

SCORTEGAGNA, Paola Andressa (UEPG), OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva (UEPG) **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: uma análise Histórico-crítica**. Disponível em:

<http://www.periodicosibepes.org.br/index.php/reped/article/view/287>

Acesso em: 14 abr.2018

SEDU - **Currículo Base da Rede Estadual**. Disponível em:

<http://sedu.es.gov.br/curriculo-base-da-rede-estadual>. Acesso em : 17 abr. 2018.

ABSTRACT

Education Of Youth And Adults:

A Look At Teacher Practice.

This article aims to understand how the teaching work in the Education of Youth and Adults (EJA) is constituted. In this way, we investigate how the teacher's practice in this context, as well as the actions of the school and the government in the aid of the developed pedagogical practice and the developed actions that qualify this modality of teaching, enabling the students who attend it to present performance satisfactory, contributing to their formation and emancipation. The research is of a qualitative nature and was carried out in a public school in the city of Serra / ES, having teaching subjects active in the EJA. The research data are derived from what was reported by the subjects participating in the study, being interpreted through their

narratives, from the observations made within the classrooms. The theoretical dialogues were established with Freire (2002), Ribeiro (2014); Faria (2013) Pimenta (2002).

Key Words - Education of Youth and Adults, EJA, Teacher